



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Vila Lângaro

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para aquisição de uniformes escolares padronizados, novos e de primeiro uso, destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino, Escola Municipal de Educação Infantil Margarida Fiori Tognon e Escola Municipal de Ensino Fundamental Cecília Meireles, conforme especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade, tamanhos variados e identidade visual institucional definidos pela Secretaria Municipal de Educação, visando à promoção da igualdade social, identificação dos estudantes, conforto, segurança e apoio à permanência escolar.

1.2 - Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	CAMISETAS – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARGARIDA FIORI TOGNON	UN	84
02	CALÇAS - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARGARIDA FIORI TOGNON	UN	84
03	JAQUETAS - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARGARIDA FIORI TOGNON	UN	84
04	CAMISETAS – ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL CECÍLIA MEIRELES	UN	193
05	JAQUETAS - ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL CECÍLIA MEIRELES	UN	70





Estado do Rio Grande do Sul

Município de Vila Lângaro

DETALHAMENTO UNIFORMES



Uniformes Escolares para Escola Municipal de Educação Infantil Margarida Fiori

Tognon:

- 84 unidades - Camisetas de manga curta, decote redondo, tecido malha 100% viscose, na cor branca, com sublimação da logomarca da escola na frente na parte superior esquerda.
- 84 unidades - Calças com bolsos frontais embutidos, tecido malha colegial, na cor azul marinho, com 1 viés na cor azul celeste.
- 84 unidades - Jaquetas abertas de manga longa, tecido malha colegial, com punho de ribana, capuz com cordão, cor azul marinho, com serigrafia da logomarca da escola na frente na parte superior esquerda.

Relação de tamanhos

Camisetas

Tamanho	Quantidade
0	01
2	06
3	12
4	16
6	30
8	16
10	02
12	01

Total – 84 camisetas

Calças

Tamanho	Quantidade
0	01
2	06
3	12
4	16
6	30
8	16
10	02
12	01

Total – 84 Calças

Jaquetas

Tamanho	Quantidade
0	01
2	06
3	12
4	16
6	30
8	16
10	02
12	01

Total – 84 Jaquetas



**Uniformes escolares para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cecília Meireles**

- 193 unidades - Camisetas de manga curta, decote em V, tecido malha 33% viscose 67% poliéster (PV), na cor mescla e mangas azul-marinho, com serigrafia da logomarca da escola na frente na parte superior esquerda.

- 70 unidades – Jaquetas abertas de manga longa, tecido malha colegial, com punho de ribana, zíper até o fim da gola, cor azul marinho, com serigrafia da logomarca da escola na frente na parte superior esquerda, com dois vieses (cores: denin escura e verde faus escuro);

Relação de tamanhos

Camisetas

Tamanho	Quantidade
8	36
10	20
12	35
14	20
16	30
P	30
M	10
G	7
GG	5

Total – 193 camisetas

Jaquetas

Tamanho	Quantidade
6	5
8	10
10	10
12	10
14	08
16	08
P	08
M	06
G	05

Total – 70 jaquetas





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Vila Lângaro



Cecília Meireles

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação é vista como medida de apoio às políticas públicas educacionais e de promoção da igualdade social. A disponibilização gratuita de uniformes escolares contribui para a redução das desigualdades socioeconômicas entre os estudantes, assegurando condições mínimas de vestimenta adequadas ao ambiente escolar, além de favorecer o sentimento de pertencimento e identidade institucional. Ademais, a padronização dos uniformes auxilia na identificação dos alunos, reforçando aspectos relacionados à segurança no ambiente escolar e em atividades externas promovidas pela unidade de ensino.

2.2 - O valor pretendido não ultrapassa para este objeto o limite de gasto anual com a presente contratação.

Rua 22 de Outubro, Nº 311 - CEP 99955-000 - Vila Lângaro - RS

Fones: (54) 9 9338 2976 / 9 9347 2731



www.vilalangaro.rs.gov.br



3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - A melhor solução para o alcance do objeto é a contratação de empresa especializada na confecção de uniformes, para atender à demanda dos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - São requisitos básicos:

4.1.1 - Empresa atuar no ramo do objeto.

4.1.2 - Empresa possuir habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme disposto abaixo:

4.1.2.1 - Atestado de execução (ao menos um) em nome da Empresa Licitante, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que a Empresa Licitante prestou serviços de forma satisfatória.

5 - EXECUÇÃO DO OBJETO/CONTRATO

5.1 - O contrato terá duração até 31/12/2026.

5.2 - O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei n.º 14.133, de 2021 e pelos preceitos do direito público.

5.3 - Correrão à conta da contratada todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato.

5.4 - Ficando a contratada temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos aos serviços contratados, deverá esta comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que, a contratante tome as providências cabíveis, inclusive no que diz respeito à aceitação ou não do alegado.

5.5 - Será incorporada ao Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela contratada, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à contratante.

5.6 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei n.º 14.133, de 2021, sobre o valor inicial contratado.

5.7 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração, total ou parcialmente, a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, hipótese em que o Município-Contratante não terá obrigação de pagar qualquer espécie de indenização, observadas as disposições legais pertinentes.

5.8 - Os valores contratados ainda poderão ser revistos se comprovada documentalmente e previamente, a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato na forma prevista no art. 124 da Lei federal n.º 14.133, de 2021 desde que requerido pela contratada.

5.9 - A contratada não poderá ceder o Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da contratante.

5.10 - Na hipótese de prorrogação da vigência do contrato, o valor poderá ser reajustado pelo índice IPCA.

5.11 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas na proposta apresentada pela contratada.





6 - EXECUÇÃO DO OBJETO/OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência.
- 6.2** - Promover o acompanhamento e fiscalização do fornecimento com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.
- 6.3** - Atestar a execução do objeto por meio de fiscal designado.
- 6.4** - Efetuar os pagamentos devidos em função do presente contrato.
- 6.5** - Aplicar as penalidades previstas nas leis que regem a matéria e, especificamente no contrato.

7 - EXECUÇÃO DO OBJETO/OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 - Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.1.2 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

7.1.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.4 - Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município, referentes ao objeto, a qualquer tempo, mesmo após o recebimento definitivo, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação.

7.1.5 - Pagar tudo o que lhe compete como empregador, tal como salário, incluindo 13º, férias, licenças, seguros de acidente de trabalho, assistência e previdência social e todos os demais ônus inerentes ou próprios da relação empregatícia, além de todas as suas obrigações fiscais e de responsabilidade civil em relação a terceiros, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos sobre o preço proposto e contratado.

7.1.6 - Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto do Contrato e de suas obrigações.

7.1.7 - Caberá à contratada única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou dos que agirem em seu nome.

7.1.8 - Responsabilizar-se integralmente pelo comportamento moral e profissional por aqueles que executem os serviços em seu nome, cabendo-lhe responder integralmente por todos os danos resultantes da ação ou omissão dos mesmos.

8 - EXECUÇÃO DO OBJETO/SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar os equipamentos e produtos exigidos neste contrato;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





VI - não entregar os equipamentos exigidos neste contrato, quando exigido dentro dos prazos convencionados;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

8.2.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

8.2.2 - Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de execução, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias.

8.2.3 - Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento.

8.2.4 - Impedimento de licitar e contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, **pelo prazo máximo de 3 (três) anos**.

8.2.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, **pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.

8.3 - Quando da aplicação de multas, a contratante notificará a contratada, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para recolher à tesouraria da contratante a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

8.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.5 - Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima do Município.

8.6 - A aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9 - EXECUÇÃO DO OBJETO/ DA RESCISÃO

9.1 - A extinção do contrato poderá ser:

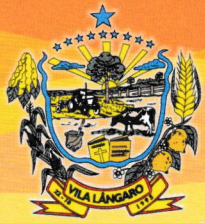
9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

9.1.2 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

9.1.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.





9.3 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito de acordo com o previsto no art. 138 da Lei Federal 14.133/2021.

9.4 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

9.4.1 - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

9.4.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

9.4.3 - Execução da garantia contratual de acordo com o previsto no art. 139 da Lei Federal 14.133/2021.

9.4.4 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

10 – GESTÃO DO CONTRATO/CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo, após a contratação, solicitar inspeções para verificar se a qualidade do objeto atende às exigências das normas e especificações técnicas. Para tanto o Município indicará o fiscal de contrato para acompanhar a entrega e elaborar relatórios, conforme **Portaria Municipal n.º 720/2025**, podendo ser alterado a qualquer momento por meio de apostilamento, ato unilateral e sem necessidade de consulta ao contratado.

10.2 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pelo CONTRATADO, sem qualquer ônus para o Município.

10.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.4 - A fiscalização do Município, em especial, deverá verificar a qualidade do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.6 - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 – A execução do objeto será da seguinte forma:

11.1.1 - A contratada obriga-se a entregar os uniformes em um prazo de até 15 (quinze) dias, após a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em horário de expediente.

11.1.2 - Não serão aceitos, no momento da entrega, produtos de marca e modelo diferentes daquelas constantes na proposta vencedora.





11.1.3 - Verificada a desconformidade de alguns dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

11.2 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega do referido objeto, **mediante o relatório do fiscal de contrato e a apresentação da Nota Fiscal.**

11.3 - A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do **processo de licitação/modalidade**, do Contrato e a descrição do objeto, a fim de se acelerar o trâmite para pagamento.

11.3.1 - A Nota Fiscal deverá ser emitida com base no Decreto Municipal n.º 2.365/2022, em conformidade com a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012.

12 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 - Optou-se pela dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, tendo em vista que a contratação envolve valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), limite atualizado para outros serviços e compras.

12.2 - O valor pretendido não ultrapassa para este objeto o limite de gasto anual com a presente contratação.

13 – ESTIMATIVA DO PREÇO

13.1 – O valor estimado para a contratação foi baseado em orçamentos (em anexo). Deve ser considerado o valor por item, conforme a tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	84	UN	CAMISETAS - EMEI MARGARIDA FIORI TOGNON	R\$ 26,00	R\$ 2.184,00
2	84	UN	CALÇAS - EMEI MARGARIDA FIORI TOGNON	R\$ 42,00	R\$ 3.528,00
3	84	UN	JAQUETAS - EMEI MARGARIDA FIORI TOGNON	R\$ 62,00	R\$ 5.208,00
4	193	UN	CAMISETAS - EMEF CECÍLIA MEIRELES	R\$ 32,00	R\$ 6.176,00
5	70	UN	JAQUETAS - EMEF CECÍLIA MEIRELES	R\$ 67,90	R\$ 4.753,00

Totalizando o valor de R\$ 21.849,00 (vinte e um mil oitocentos e quarenta e nove reais).

14 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - A despesa para a execução do objeto licitado correrá por conta da seguinte Dotação orçamentária: 0702 – ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, 2029- Manutenção do ensino





Estado do Rio Grande do Sul

Município de Vila Lângaro



Fundamental, 339030 – Material de Consumo e 2035 – Manutenção da educação infantil;
339030 -339030 – Material de Consumo.

14.2 - Essa despesa está prevista na Lei Municipal n.º 1.323, de 13 de novembro de 2025,
vigente para o exercício econômico e financeiro de 2026.

Vila Lângaro, RS, 4 de fevereiro de 2026.

Jaqueline A. Seidler
Secretária Municipal de Educação e Cultura

